

A “REVOLUÇÃO CULTURAL” DA “ERA DE OURO” E SEUS EFEITOS: UM OLHAR SOB A ÓTICA DE ERIC HOBSBAWM

**LEONARDO DE CARVALHO ALVES¹, MARIA CARLOTA DE REZENDE
COELHO²**

¹Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Graduado em História pela Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG). Manhuaçu-MG. Email: leonardocarv.alves@gmail.com

²Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery (UFRJ). Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery (UFRJ). Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente, é professora titular da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Vitória, Espírito Santo, Brasil. Email: maria.coelho@emescam.br

RESUMO

O presente estudo trata de um ensaio bibliográfico sobre a “Revolução Cultural” da segunda metade do século XX, um fenômeno sociocultural global de aceleradas e profundas transformações dos padrões culturais vigentes, especialmente daqueles que regulavam a relação entre os sexos e as gerações e que definiam os laços familiares e comunitários. Objetiva-se, aqui, analisar o que foi a “Revolução Cultural” ocorrida na segunda metade do século XX e os efeitos desta sobre o mundo ocidental – incluindo o Brasil –, sobretudo no que tange às mudanças desencadeadas nas relações socioculturais entre diferentes sexos, gêneros e gerações. Recorre-se, para isso, ao método de revisão narrativa da literatura, com ênfase na análise da produção intelectual do historiador egípcio/britânico Eric Hobsbawm, pretendendo-se, desse modo, contribuir para a ampliação da compreensão sobre o fenômeno em questão.

Palavras-chave: Revolução Cultural; Era de Ouro; Século XX; Liberalização sexual; Juventude.

THE “CULTURAL REVOLUTION” OF THE “GOLDEN AGE” AND ITS EFFECTS: A LOOK FROM ERIC HOBSBAWM'S PERSPECTIVE

ABSTRACT

The present study is a bibliographical essay on the "Cultural Revolution" of the second half of the twentieth century, a global sociocultural phenomenon of accelerated and deep transformations of the current cultural patterns, especially those regulated the relationship between the sexes and generations and that defined the bonds family and community. The purpose of this paper is to analyze what was the "Cultural Revolution" that occurred in the second half of the twentieth century and what its effects on the western world - including Brazil -, especially regarding the changes triggered in sociocultural relations between different sexes, genders and generations. For this, it use the method of narrative literature

review, with emphasis on the analysis of the intellectual production of the Egyptian / British historian Eric Hobsbawm, thus aiming to contribute to the broadening of the understanding of the phenomenon in question.

Keywords: Cultural Revolution; Golden Age; 20th century; Sexual liberalization; Youth.

1 INTRODUÇÃO

Como apontado pelo historiador Eric Hobsbawm (1995), o século XX foi um período de inúmeras e rápidas transformações, marcado, hora pela catástrofe das guerras mundiais e crises político-econômicas e culturais, hora pelo progresso tecnológico e econômico e liberdade em alguns países, em especial as nações de economia desenvolvida. Foi um século “breve”, um período de tempo cronológico de cem anos que se resume no “período histórico” denominado por Hobsbawm (1995) de “breve século XX”, uma vez que os mais importantes eventos e fenômenos históricos e transformações desse século ocorreram entre 1914 e 1991, ou seja, num período de setenta e sete anos que vai do início da “Primeira Guerra Mundial” (1914) à dissolução da URSS e desmoronamento do socialismo (1991).

Elege-se, aqui, como objeto de reflexão, a “Era de Ouro”, mais especificamente a “Revolução Cultural” que, nela, ocorreu. A “Era de Ouro”, para que se saiba, foi uma das três partes as quais Hobsbawm dividiu o século XX, o período delimitado pelos anos de 1947 e 1973, marcado pelo rápido desenvolvimento do capitalismo e aceleradas e profundas transformações tecnológicas, sociais e culturais, principalmente no mundo ocidental.

Pretende-se, neste trabalho, responder a seguinte questão: o que foi a “Revolução Cultural” da “Era de Ouro” e quais os seus efeitos sobre a relação entre os sexos e as gerações e a instituição familiar tradicional?

Para isso, recorre-se à pesquisa bibliográfica descritiva de abordagem qualitativa, objetivando-se, aqui, uma análise sobre o pensamento do historiador Eric Hobsbawm (1995) e de outros que se alinham, ou não, ao seu pensamento, sobre a “Revolução Cultural”, como um processo de aceleradas e profundas transformações culturais que veio a afetar, principalmente, as relações entre os sexos e as gerações que definiam os laços familiares e comunitários ao longo da “Era de Ouro” (1947-1973).

Por fim, no que tange a importância do presente trabalho, expõe-se, aqui, que este pretende, em uma linguagem simples, contribuir para trazer a tona uma maior compreensão, tanto para leigos quanto para conhecedores, sobre o significado e os efeitos do fenômeno

social e cultural que foi a “Revolução Cultural” ocorrida na segunda metade do século XX.

2 A “REVOLUÇÃO CULTURAL” DA “ERA DE OURO”

Para aquisição de um melhor conhecimento sobre a “Revolução Cultural” a qual se refere Eric Hobsbawm, é útil que se compreenda, primeiro, os conceitos de “revolução” e de “cultura”.

O primeiro dos conceitos a ser tratado é o de “revolução”, não no sentido controverso de golpe ou reforma, mas, sim, “como um processo de mudança das estruturas sociais” (SILVA, SILVA, 2005, p. 362).

Ao que apontam Silva e Silva (2005, p. 362-363), vários autores tentaram definir o conceito de “revolução”, dentre eles os filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels, o historiador chileno Hector Bruit, o historiador italiano Modesto Florenzano e o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes.

Para Marx e Engels, autores oitocentistas de uma das mais influentes definições de revolução, a do “materialismo histórico”, a revolução consiste na transformação da realidade, provocada, por sua vez, pela transformação da natureza e do mundo em que vivem os homens e pelas relações entre os seres humanos. De acordo com Vavy Pacheco Borges (1993, p. 37-38), Marx e Engels defendem contradições internas geradas pela luta entre as diferentes classes sociais existentes em toda e cada realidade, estando essas contradições a transformar constantemente a realidade.

Marx e Engels construíram o conceito de revolução pensando na revolução proletária que deveria acontecer, a seu ver, inevitavelmente no Capitalismo. Para eles, uma das exigências para a revolução proletária era que antes dela a revolução burguesa fosse feita. Assim, não definiram só a revolução socialista, mas a revolução burguesa. (SILVA, SILVA, 2005, p. 363).

Hector Bruit explica “revolução” como um fenômeno político-social de mudança radical na estrutura social; um confronto entre a classe que detém o poder do Estado e as classes que se acham excluídas desse poder, sendo caracterizado pela velocidade e violência com que as mudanças são processadas, tornando toda revolução malvista por parte da sociedade ao tirar a sociedade de sua inércia social e transformar as estruturas da sociedade, rompendo com a ordem e com as normas então vigentes.

Já Florenzano, assim como Bruit, considera que a revolução é um movimento de classe, conforme apontam Silva e Silva (2005, p. 363). Um movimento de classe

transformador surgido a partir de um conflito social, de uma situação de crise revolucionária. Para Florenzano, uma “classe revolucionária” é uma classe capaz de pôr em prática um novo projeto social e de estabelecer uma nova sociedade.

Florestan Fernandes, por sua vez, tal como é exposto por Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2005, p. 364), define “revolução” como um fenômeno social e político de mudanças rápidas e drásticas nas estruturas sociais, em que a ordem social vigente é subvertida, não devendo, portanto, ser empregado em referência a acontecimentos que não transformaram, de fato, as estruturas sociais, uma vez que o uso do termo nesse contexto corresponderia a um equívoco ou uma tentativa de distorcer a história.

Como logo se nota, são muitos os que se empenharam em definir o conceito de “revolução”, mas aquele que aqui realmente interessa é a definição geral do termo: o de “todo e qualquer fenômeno que transforma radicalmente as estruturas de uma sociedade; quaisquer estruturas, e não apenas estruturas políticas, econômicas e sociais” (SILVA, SILVA, 2005, p. 363). Como apontado por Kalina Silva e Maciel Silva (2005, p. 362-363), o termo “revolução” pode ser aplicado a diferentes áreas da vida humana: revolução política, revolução cultural, revolução tecnológica. Assim como a contextos históricos, como Revolução Francesa, Revolução Industrial.

Quanto à definição de “cultura”, também importante para a obtenção de um melhor entendimento sobre a “Revolução Cultural”, há de expor que “o significado mais simples desse termo afirma que cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo” (SILVA, SILVA, 2005, p. 85). É tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças, todos os conhecimentos, habilidades e comportamentos que o ser humano adquire enquanto parte de uma sociedade, independente da questão biológica (SILVA, SILVA, 2005, p. 85).

Conceito de cultura esse, aqui utilizado, definido, segundo o antropólogo brasileiro Roque de Barros Laraia (2001), Silva e Silva (2005, p. 85), pelo antropólogo britânico Edward Burnett Tylor, que, no século XIX, sintetizou o termo inglês *Culture* a partir da junção da palavra germânica *Kultur* e da palavra francesa *Civilization*, a primeira utilizada para simbolizar todos os aspectos espirituais utilizados por uma comunidade (LARAIA, 2001, on-line) e a segunda em referência às realizações materiais de um povo (LARAIA, 2001,). Tylor (1920, p. 1), em sua *magnum opus* “*Primitive Culture*” (1871), definiu *Culture* como “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”,

abrangendo “em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos” (LARAIA, 2001, on-line).

Analisadas as palavras que compõem o termo “Revolução Cultural”, criado por Eric Hobsbawm em “Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991”, apresenta-se, agora, uma análise sobre o que fora, de fato, a “Revolução Cultural” ocorrida no período denominado “Era de Ouro” do século XX, entre 1947 e 1973.

Sendo “revolução” um “fenômeno que transforma radicalmente as estruturas de uma sociedade” e “cultura”, o conjunto de “conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”, podemos definir a “Revolução Cultural”, então, como um fenômeno de acelerada e profunda transformação da moral, crenças, conhecimentos, hábitos e costumes da sociedade da segunda metade do século XX, ou seja, dos padrões culturais então vigentes, especialmente daqueles que regulavam as relações entre os sexos e as gerações, que, por sua vez, definiam os laços familiares e comunitários, sendo a família uma das instituições mais afetadas por tal fenômeno.

Segundo o historiador Eric Hobsbawm (1995), até a segunda metade do século XX, grande parte da humanidade, mesmo diante das diferenças culturais, partilhava certos padrões ou, pelo menos apresentavam semelhanças básicas em áreas muito amplas, podendo-se citar: a existência de casamentos formais com relações sexuais privilegiados para os cônjuges e o enquadramento do “adultério” como prática malvista e até criminoso; a superioridade dos maridos, “pais de família”, sobre a esposa e filhos, bem como dos homens mais velhos sobre os mais novos (patriarcado); a ideia de “família nuclear” (modelo familiar constituído por pai, mãe e filhos); dentre outros.

Entretanto, de acordo com Eric Hobsbawm (1995), na segunda metade do século XX, esses arranjos básicos, padrões em comum ou semelhanças entre as sociedades humanas, começaram a se transformar rapidamente, ainda que de formas diferentes. A relação entre os sexos e as gerações então vigentes em muitas sociedades, apesar de resistentes às transformações, não se mantiveram estáticas e os padrões sociais que regulavam a relação entre os sexos e gerações, bem como os laços familiares e da comunidade começaram a se transformar em ritmo cada vez mais acelerado, sendo o ponto de partida desse processo de transformação de alcance global os países de economia desenvolvida, em especial a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

Essa intensa transformação nos padrões culturais compartilhados pelos países ocidentais se deu, dentre outras razões, pois a segunda metade do século XX, os tempos da “Era de Ouro”, especialmente as décadas de 1960 e 1970, foi um período de profundas mudanças no modo de vida das pessoas, de extraordinária liberalização de coisas outrora malvistas ou ilegais, de grande desenvolvimento econômico e industrial, de uma economia capitalista cada vez mais integrada e universal que vinha operando transnacionalmente. Foi, prossegue Hobsbawm (1995), uma era de grandes transformações culturais, “[...] que, implícita ou explicitamente, rejeitavam a ordenação histórica e há muito estabelecida das relações humanas em sociedade, que as convenções e proibições sociais expressavam, sancionavam e simbolizavam” (HOBSBAWM, 1995). Rejeição essa, da ordenação histórica, que, para Hobsbawm (1995), não se dava em nome de novos padrões de ordenação social, mas em nome da ilimitada autonomia do desejo humano.

Como elucidado por Eric Hobsbawm (1995), a “Revolução Cultural” foi um fenômeno específico do século XX. Um fenômeno sociocultural que surgiu e se desenvolveu a partir da rejeição à ordem vigente, da ânsia por transformar a realidade vivida até meados do século XX. Marcado não só pela liberalização e pelo desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico, mas, também, pela crise da família e das relações entre os sexos, pela profunda mudança na relação entre as gerações e pelo triunfo do individualismo sobre a coletividade social.

3 A CRISE DA FAMÍLIA E DAS RELAÇÕES ENTRE OS SEXOS

Ao que elucida o historiador Eric Hobsbawm (1995), a “Revolução Cultural” ocorrida a partir da segunda metade do século XX foi sentida, principalmente, na organização familiar e no ambiente doméstico. Nesse período, a ideia de casamento formal que sustentava o modelo ideal de “família nuclear” se rompe com a legalização e aumento do número de divórcios, mudança essa que tivera como ponto de partida os países de economia desenvolvida, mas que logo se disseminara por todo o globo, inclusive para o dito “Terceiro Mundo”, grupo de nações de economia subdesenvolvida em o Brasil se inseriu até tal designação cair em desuso, na década de 1970, quando “tornou-se evidente que nenhum nome ou rótulo individual podia cobrir adequadamente um conjunto de países cada vez mais divergentes” (HOBSBAWM, 1995, on-line).

Na Inglaterra e no País de Gales, por exemplo, houve, em 1938, 1 divórcio a cada 58 casamentos; no final da década de 1970 o número de divórcios quintuplicou se comparado com o da década de 60, e, em meados da década de 1980, a proporção chegou a um divórcio a cada 2,2 casamentos, conforme Hobsbawm (1995). Nos países de tradição católica, em que o divórcio era algo novo e ofensivo à moralidade cristã, tal como a França, Bélgica e Países Baixos, o número de divórcios triplicou entre 1970 e 1985. Mesmo nos locais em que o divórcio já era legalizado, como na Dinamarca e na Noruega, o índice quase duplicou entre 1970 e 1985, expõe o historiador.

Com esses dados, Hobsbawm (1995) evidencia que essas transformações que vieram a ocorrer no âmbito familiar e doméstico a partir da segunda metade do século XX, em especial nas décadas de 1960 e 1970, indicavam que alguma coisa incomum se passava no casamento ocidental, ou seja, que estava acontecendo uma “crise da família”, uma crise no modelo familiar padrão ocidental relacionada com as mudanças nos padrões públicos que governavam a conduta sexual, a parceria e a procriação no mundo ocidental.

O aumento dos números de divórcios, de nascimento de filhos ilegítimos e de aumento de famílias fora dos padrões ideais de “família nuclear” indicavam claramente uma “crise da família” e das relações entre os sexos.

Como apontado pelos historiadores franceses Ariès e Duby (2009, p. 64-68), o tradicional modelo de família nuclear, formado por pai, mãe e filhos, caracterizava-se pelo rigoroso controle da família sobre seus membros. Nesse modelo, o homem era o chefe, o detentor do pátrio poder; a mulher casada era submissa ao marido e dependente dele até mesmo para administrar seus próprios bens; e os filhos, submissos ao poder dos pais, isentos do direito à vida privada ao terem seu tempo e relacionamentos sociais extra-familiares controlados pelos pais.

Apenas na segunda metade do século XX, entre as décadas de 1960 e 1970, esse modelo familiar tradicional veio a ser efetivamente alterado, tendo as mulheres conquistado maior igualdade jurídica em relação ao marido, enquanto os filhos aderiram ao movimento cultural da juventude e passaram a lutar pela transformação dos padrões e valores culturais tradicionais que tanto restringiam suas liberdades individuais. É o que expõem autores como Hobsbawm (1995), Ariès e Duby (2009, p. 64-68).

As novas estruturas familiares advindas da crise do modelo familiar tradicional eram formadas por mães solteiras, poucos filhos, filhos ilegítimos e até homossexuais vivendo juntos como família, ainda que impedidos de oficializarem a união conjugal. A esse respeito,

embasado pelo psicanalista SÉrvulo Augusto Figueira, Del Priore (2013, on-line) traz a tona um fato interessante sobre o estudo das chamadas “famílias pós-divórcio” do Brasil das décadas de 1960 e 1970: o surgimento de um novo tipo de família “em que se juntam filhos de casamentos anteriores, em que ex-cônjuges se dão bem”. Uma nova família brasileira que, apegada às tradições do passado, buscou se estruturar de maneira mais semelhante possível às famílias de antigamente, formada, por sua vez, por novos sujeitos, como: padrastos, madrastas e meios-irmãos. Havendo, inclusive, a opção pela convivência com ex-familiares.

A segunda metade do século XX, em especial as décadas de 60 e 70, correspondeu, também, segundo Hobsbawm (1995), a uma “era de extraordinária liberalização”, pois transformações oficiais e não oficiais ocorridas nesse período trouxeram consigo, indiscutivelmente, maior liberdade tanto para heterossexuais quanto para os homossexuais. As mulheres, possuidoras de menos liberdade que os homens, passaram a reivindicar mais seus direitos e liberdade, bem como os homossexuais, que tiveram grande parte das práticas homossexuais discriminadas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da década de 1960, aponta Hobsbawm (1995).

Del Priore (2013) e Hobsbawm (1995) concordam que, antes da grande onda de liberalização sexual dos anos de 60 e 70, a sexualidade era um tabu, algo sujeito a restrição tanto pela família quanto pela sociedade, especialmente para as moças e mulheres, que, ao contrário dos rapazes, não tinham o privilégio de experimentarem os prazeres da juventude antes de se estabelecerem como chefes de família respeitáveis.

Segundo a historiadora Mary Del Priore (2013), até os anos 1960, a sexualidade devia se realizar por meio do casamento e a mulher que se entregasse a um homem fora dele era “dada como perdida”, marginalizada, socialmente excluída por romper com a tradição dos valores que regulavam a sociedade. Del Priore (2013), citando a escritora e psicanalista Betty Milan, aponta que a virgindade era sagrada, o que significa que, na prática, pelo que mandavam os “bons costumes”, o sexo era vetado para os namorados ou noivos e obrigatório para os cônjuges.

O sexo tornava-se, assim, nas palavras de Betty Milan, uma dupla condenação, vetado na vida de solteiro, que se limitava a algumas carícias mais íntimas. Obrigatório na vida de casado, sem que a vontade da mulher fosse levada em consideração (DEL PRIORE, 2013). Como colocado por Del Priore (2013, on-line), “o homem era forçado a ter uma atividade sexual intensa, e a mulher, para demonstrar liberdade, precisava dizer sim a todas as propostas masculinas. Insensivelmente, passamos do sexo proibido ao sexo obrigatório”.

Fica evidente então, que antes da liberalização sexual advinda com a “Revolução Cultural” da segunda metade do século XX, não existia liberdade, principalmente para o sexo feminino e foi contra isso que a revolução dos anos 1960 se fez, afirma Milan (DEL PRIORE, 2013).

Para Del Priore (2013), a liberalização sexual, na década de 1960, foi condicionada por duas descobertas médicas: a penicilina, que reduziu o medo da sífilis, e a pílula, que abrandou medo da gravidez, encontrando na mídia uma grande aliada, pois reivindicações de diferentes causas foram amplamente divulgadas para todo o mundo, tornando-se conhecidas e conquistando novos adeptos.

O movimento revolucionário a que Betty Milan e Mary Del Priore (DEL PRIORE, 2013) se referem é o movimento libertário, que teve o seu apogeu em maio de 1968, nas ruas de Paris, tendo, por sua vez, dividido a opinião da sociedade em relação ao casamento, colocando de um lado os “tradicionalistas”, ansiosos pela permanência dos valores e dos padrões sociais vigentes, e de outro, os ditos “revolucionários”, que apostavam na conquista da liberdade e relegavam a união a dois a um plano inferior.

O movimento de “Maio de 1968”, na França, que em 2018 completara cinquenta anos e que ficara gravado nos anais da história como um movimento social símbolo da luta por direitos civis, igualdade e liberdade, surgiu como um protesto estudantil em reivindicação a reformas educacionais, tendo se expandido para as fábricas e levado o operariado francês a uma grande greve. Muitos manifestantes aproveitaram-se da repercussão do ocorrido e transformaram a greve estudantil e operária em um grande movimento libertário em prol da liberdade sexual e igualdade entre os sexos e gêneros, uma vez que houve grande atuação dos movimentos feminista, gay e antirracista na luta por seus direitos.

De acordo com Hobsbawm (1995), nesse período de grandes transformações e liberalização, coisas até então proibidas e malvistas tornaram-se legais e mais bem aceitas pela sociedade, não mais contradizendo a lei, a religião e a moral consuetudinária.

A liberalização sexual ocorrida na “Era de Ouro” não surgiu da legalização das coisas antes malvistas pela sociedade, mas, sim, mostrou-se um desdobramento das transformações dos laços familiares e da comunidade. As leis, segundo Hobsbawm (1995), mais reconheciam do que criavam um novo clima de relaxamento sexual.

Segundo Mary Del Priore (2013), o período da “Era de Ouro” foi marcado pela flexibilização da moral sexual, tornando os casais não casados cada vez mais aceitos socialmente. Embora a sexualidade ainda fosse considerada um tabu e os relacionamentos

sexuais fora do matrimônio continuassem a ser tratados como pecado aos olhos da Igreja, há de se expor que a sociedade começava, na década de 1950, a acreditar que amor e prazer podiam andar juntos. Como muito bem exposto por Del Priore (2013), o Concílio Vaticano II e a *encíclica Gaudium et Spes* convidavam a olhar o mundo com simpatia e compreensão. A “Constituição Pastoral”, como também se denomina a *encíclica Gaudium et Spes*, foi promulgada pelo papa Paulo VI, em 1965, e falava em paternidade responsável, em planificação familiar por meio de métodos naturais e muito importantes, em amor conjugal: o amor entre esposos como um bem incalculável para os filhos, a interação entre amor físico e espiritual e a renovação contínua do amor – uma agenda, sem dúvida, revolucionária e generosa para seu tempo.

A historiadora Mary Del Priore (2013) elucida que, nos tempos de liberalização da “Era de Ouro”, por influência dos meios de comunicação e, sobretudo, da televisão, o vocabulário para expressar o amor passa, gradativamente, a evitar eufemismos. O sexo, no entanto, ainda continuava sendo um assunto polêmico, dada a educação conservadora dada aos jovens pelos pais, especialmente às moças. Assim, prossegue Del Priore (2013), embora nos anos 1960 ainda se utilizasse uma linguagem neutra e distante para falar de sexo, os adolescentes ainda eram “poupados”, pelos adultos, de informações mais diretas.

As relações no cotidiano dos casais começaram a mudar na segunda metade do século XX. Nesse período de liberalização sexual, aponta Mary Del Priore (2013), carícias se generalizavam, e o beijo mais profundo – o beijo de língua, ou *french kiss*, antes escandaloso e considerado até um atentado ao pudor, passava a ser sinônimo de paixão. Na cama, novidades. A sexualidade, graças aos avanços da higiene íntima, estende-se da boca a outras partes do corpo. As preliminares ficam mais longas. A limpeza do corpo e certo hedonismo já latente alimentavam carinhos antes inexistentes. Todo corpo a corpo amoroso tornou-se possível. No quarto, a maior parte das pessoas ficava nua, embora no escuro. Na moda, a minissaia começava a despir os corpos. Lia-se William Reich, segundo quem o nazismo e o stalinismo teriam nascido da falta de orgasmos. A ideia de que os casais, além de amar, deviam ser sexualmente equilibrados começa a ser discutida por alguns “modernos”. Era o início do direito ao prazer para todos, sem que as mulheres fossem penalizadas ao manifestar seu interesse por alguém. Era o início do fim de amores que tinham de se deter no último estágio: “quero me casar virgem”! Deixava-se para trás a “meia virgem”, aquela em cujo corpo as carícias sexuais acabavam “na portinha”. As mulheres começavam a poder escolher entre obedecer ou não às normas sociais, parentais e familiares (DEL PRIORE, 2013).

Essa extrema liberalização sexual e as transformações das relações entre os sexos e gerações que tanto marcaram a “Era de Ouro” (1947-1973) não foram, no entanto, isentas de consequências danosas à sociedade. O casamento passou a ser questionado, bem como o tradicional modelo de “família nuclear”. Com isso, novos modelos familiares vieram a surgir e o divórcio tornou-se uma prática mais frequente em muitos países onde ele era legalizado, mas, conseqüentemente, tornou o casamento e as estruturas da “família nuclear ideal” menos estáveis em muitos lugares, causando, desse modo, a desintegração dos valores e costumes familiares que controlavam o comportamento humano e, também, o surgimento de “subclasses” marginais, pobres e instáveis mediante ao rompimento da coesão dos laços familiares e comunitários, especialmente após o fim da “era do pleno emprego” da década de 1960, advindo com a crise econômica das décadas de 1970 e 1980.

As conseqüências materiais do enfraquecimento dos laços de família tradicionais, também geradas pela substituição do modo de vida gregário pelo novo individualismo moral, foram ainda mais sérias, aponta Hobsbawm (1995). “Pois, a família não era apenas o que sempre fora, um mecanismo para reproduzir-se, mas também um mecanismo para a cooperação social” (HOBSBAWM, 1995, on-line).

Hobsbawm (1995) deixa registrado que os efeitos da dissolução dos valores e dos laços familiares teve início no dito “Primeiro Mundo”, ou seja, nos países de economia capitalista desenvolvida, tendo, no entanto, alcançado várias outras partes do globo. Essa instabilidade desencadeada pela dissolução do casamento, entretanto, muito menor em países católicos não comunistas, nos quais os preceitos do cristianismo e a moral cristã freavam o rompimento do contrato matrimonial.

4 A “CULTURA JUVENIL” DA “ERA DE OURO” E A TRANSFORMAÇÃO NA RELAÇÃO ENTRE AS GERAÇÕES

Na percepção do historiador Eric Hobsbawm (1995), se, na segunda metade do século XX, o divórcio, o nascimento de filhos ilegítimos e o aumento de famílias fora dos padrões ideais de “família nuclear” indicavam uma “crise da família” e das relações entre os sexos, o aumento de uma forte cultura juvenil específica indicou, por sua vez, a transformação na relação entre as gerações.

Na “Era de Ouro” da segunda metade do século XX, a “juventude”, um grupo com consciência própria que abrange a parte da sociedade englobada na faixa etária da puberdade até a metade da casa dos vinte anos de idade, passa a se ver como um estrato social “autônomo”, como um agente social independente portador e consumidor de uma “cultura juvenil” própria marcada pelo *rock* e pelo *blue jeans*.

Hobsbawm (1995) aponta que os “jovens” rejeitavam o status de “criança” e viam a fase da juventude como o ápice da vida humana, tendo como “modelo” a vida plena e curta semelhante a dos personagens do romantismo do século XIX, o que explica o fato de os “heróis” da juventude terem em comum não apenas uma vida de grande popularidade, mas, também, um estilo de vida fadado à morte precoce antes do término de suas juventudes, tornando ícones como Bob Marley, Jimi Hendrix, Brian Jones, e outros mais, símbolos da efêmera fase plena da vida humana que era a juventude.

De acordo com Hobsbawm (1995), a juventude tornou-se um movimento cultural e social, no qual os jovens eram liderados por líderes pertencentes a seus próprios grupos e faixa etária e faziam uso da “força da juventude” em mobilizações estudantis e de jovens operários para conquistarem aquilo que viessem a reivindicar. Os motins operários em massa ocorridos na França e na Itália, entre 1968 e 1969, exemplificam perfeitamente a mobilização da “juventude”, aponta Hobsbawm (1995).

Fica evidente, aí, portanto, o caráter “revolucionário” da “Revolução Cultural”, pois a juventude, tida por Hobsbawm (1995) como matriz da revolução cultural ocorrida a partir de meados do século XX, enquanto grupo social autoconsciente, passou a buscar a transformação da ordem vigente em que viveram e viviam as gerações paternas, criando, assim, uma luta de classes entre a “classe revolucionária” que era a “juventude” e as gerações que ansiavam pela permanência das coisas, dos velhos costumes e valores tradicionais.

Não demoraria muito para que o mundo percebesse a força revolucionária da juventude, percebida, logo, pelo mercado capitalista e, então, explorada por ele.

De acordo com Hobsbawm (1995), a “cultura juvenil” torna-se, durante a “Era de Ouro” (1947-1973), dominante nas economias de mercado desenvolvidas. O historiador segue dizendo que, conforme surgiam novas gerações de jovens, novas tecnologias vieram a ser, rapidamente, criadas, geralmente voltadas à juventude vigente. O gênero musical do *rock* e o *blue jeans* foram alguns dos mais populares produtos consumidos dentre os jovens a partir da segunda metade do século XX, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970.

Uma pesquisa entre fãs e especialistas de rock revelou que quase todos os cem “melhores discos de rock da história” vieram dos anos 1960, e praticamente nenhum das duas últimas décadas, expõe Eric Hobsbawm (2013).

Para Hobsbawm (1995), três novidades marcaram a “cultura juvenil” vigente durante a “revolução cultural” da “Era de Ouro”. Foram elas: a supervalorização da juventude e do “novo”, sendo a “juventude” vista como o “estágio final do pleno desenvolvimento humano” e não como uma fase transitória para a vida adulta; o domínio da “juventude” e da “cultura juvenil” nas “economias de mercado desenvolvidas”; o internacionalismo da “cultura juvenil”, caracterizado pela disseminação, por várias partes do globo, dos símbolos da juventude que foram o *rock*, o *blue jeans* e as novas tecnologias.

Segundo Eric Hobsbawm (1995), durante a “revolução cultural” ocorrida na “Era de Ouro” (1947-1973), surgira uma “cultura jovem global” que dificilmente teria se originado em tempos anteriores, pelo menos não com grande magnitude e número de adeptos como na “Era de Ouro”, pois essa “cultura juvenil” só se expandiu por conta da presença de alguns elementos presentes a partir da segunda metade do século XX, tais como: a extensão do tempo de educação e a criação de vastas populações de rapazes e moças vivendo juntos como um grupo etário em universidades, a posse de um maior poder aquisitivo possibilitada pela disponibilidade de empregos em tempo integral, a maior prosperidade dos pais e não dependência do dinheiro dos filhos para o orçamento familiar, e outros mais.

O poder de mercado da juventude independente aumentara a partir da década de 1950, e a indústria, em especial a fonográfica e a da moda, aproveitou o “boom adolescente” para expandir seus mercados consumidores, tornando os “símbolos da juventude”, mercadorias, e, os jovens, consumidores com grande potencial de compra. Esse poder de mercado independente alcançado pela juventude facilitou, por sua vez, a disseminação de símbolos juvenis comercializáveis por todo o globo.

As moças jovens passaram a atrair ainda mais a atenção do mercado do que os rapazes, pois, como aponta Hobsbawm (1995), estas passaram a trabalhar em lojas e escritórios nos países de economia desenvolvida, adquirindo, assim, maior poder de consumo e autonomia. De acordo com Hobsbawm (1995), as blusas, as saias, os cosméticos, os discos populares e os ingressos para os concertos musicais de músicos populares dentre a juventude foram os produtos mais consumidos pelas jovens britânicas da “Era de Ouro”, enquanto que os rapazes gastavam mais com bebidas e cigarros.

E toda essa acelerada e profunda transformação cultural da contracultura juvenil das décadas de 1960 e 1970 teve efeitos, também, no Brasil. Como apontado pela historiadora brasileira Mary Del Priore (2013), com o desembarque da pílula anticoncepcional no Brasil, e menos temerosa da gravidez, da sífilis e da AIDS, a juventude brasileira, principalmente nas capitais e nos meios estudantis, aderem aos prazeres que a liberalização do movimento da juventude podia oferecer. O *rock and roll* marcava o ritmo e ditava as regras da “rebeldia frente aos valores e a autoridade do mundo adulto”, assim, a ideia de paz, amor, sexo livre e drogas como libertação da mente exportada pelos Estados Unidos e Inglaterra para o mundo ganhavam cada vez mais adeptos brasileiros (DEL PRIORE, 2013).

No Brasil dos anos 60 e 70, “encontros em torno de festas, festivais de música, atividades esportivas, escolas e universidades, cinemas, a multiplicação de boates e clubes noturnos deixam moças e rapazes cada vez mais soltos” (DEL PRIORE, 2013, on-line). A dança e a música, especialmente o *rock and roll*, como apontado por Del Priore (2013), tornaram-se expressões da liberalização sexual, tendo canções como “Banho de lua” e “Estúpido Cupido”, na voz de Celly Campello, representando a liberalização sexual e a rebeldia jovem, principalmente do sexo feminino. O movimento cultural brasileiro da “Jovem Guarda”, surgido na década de 1960, através dos cantores Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Wanderléa, dentre outros, passou a influenciar drasticamente o comportamento e a moda dos jovens brasileiros com uma cultura juvenil cuja influência advinha do *rock* britânico e estadunidense.

Enfim, foram globais e muitas as transformações socioculturais vistas nesse movimento de contracultura juvenil das décadas de 1960 e 1970. Mas, se por um lado, como apontado por Hobsbawm (1995), a juventude adquiriu maior autonomia e poder de mercado e a “cultura juvenil” ganhara mais adeptos e símbolos pelo mundo durante a “Revolução Cultural” ocorrida na “Era de Ouro” (1947-1973), por outro os jovens se tornaram produtos de uma época de rápidas e profundas transformações e passaram a supervalorizar o presente em detrimento de seu passado histórico. A ignorância do passado e a supervalorização do presente pela juventude cria, então, um abismo histórico entre jovens e gerações passadas, uma vez que os jovens da “Era de Ouro” tinham pouquíssimas lembranças e escasso conhecimento do que ocorrera antes da segunda metade do século XX, e, também, não tinham ciência do que as gerações passadas viveram.

Como evidenciado por Hobsbawm (1995), durante a “revolução cultural” ocorrida na “Era de Ouro” (1947-1973), os estratos sociais superiores incorporavam cada vez mais

elementos culturais dos grupos subalternos, fato não exclusivo da segunda metade do século XX, mas que trouxe uma novidade: os jovens das classes alta e média do mundo anglo-saxônico passaram a ditar a tônica global, tendo a música, a moda e a linguagem das classes baixas urbanas se disseminado por todo mundo como modelos e símbolos da juventude. No campo musical, o *rock*, surgido na década d 1950 a partir de gêneros musicais dirigidos aos negros, tornou-se o estilo hegemônico dentre os jovens, tanto brancos quanto negros; no campo das linguagens, os vocábulos e as gírias populares, outrora considerados vulgares pelas classes superiores, passaram a ser, cada vez mais, empregados por moças e rapazes; no ramo da moda, o *blue jeans* se popularizara entre todos os estratos sociais e sexos, superando a “moda grã-fina”.

Para Hobsbawm (1995), é plausível se pensar nessa revolucionária “cultura juvenil” como uma forma de “[...] rejeitar os valores das gerações paternas ou, mais precisamente, uma linguagem em que os jovens podiam buscar meios de lidar com um mundo para o qual as regras e valores dos mais velhos não mais pareciam relevantes” (HOBSBAWM, 1995, on-line). “Liberação pessoal e liberação social, assim, davam-se as mãos, sendo sexo e drogas as maneiras mais óbvias de despedaçar as cadeias do Estado, dos pais e do poder dos vizinhos, da lei e da convenção” (HOBSBAWM, 1995, on-line).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou uma análise acerca do fenômeno sociocultural que o historiador Eric Hobsbawm (1995) denominou “Revolução Cultural”, bem como de alguns de seus efeitos sobre a sociedade vivente no período de desenvolvimento do capitalismo e transformações tecnológicas, sociais e culturais da “Era de Ouro” (1947-1973). Contribuiu, portanto, para um maior entendimento sobre o significado e os efeitos do fenômeno social e cultural que foi a “Revolução Cultural” ocorrida na segunda metade do século XX.

Verificou-se, aqui, que a “Revolução Cultural” ocorrida na “Era de Ouro” de meados do século XX consistiu num fenômeno sociocultural global de aceleradas e profundas transformações dos padrões socioculturais vigentes, especialmente daqueles que regulavam a relação entre os sexos e as gerações, que, por sua vez, definiam os laços familiares e da comunidade, transformando os padrões de comportamento e a maneira com que indivíduos

dos sexos masculino e feminino de diferentes idades se relacionavam dentro da família e da comunidade em que se inseriam. Fenômeno esse que, sob a perspectiva de Hobsbawm (1995) compartilhada pelos autores do presente estudo, teve a juventude como principal precursor e a extrema liberalização como marco, caracterizando-se pela rejeição da ordem histórica imposta à sociedade, não em nome de outro padrão de ordenação social, mas da ilimitada autonomia do desejo humano, da extinção das convenções e proibições sociais.

Constatou-se, por fim, que apesar de ter como marco inicial os países ocidentais de economia desenvolvida — especialmente os Estados Unidos e a Inglaterra, a “Revolução Cultural” teve efeitos significantes na cultura e na economia de países de todo o mundo, inclusive o Brasil, no qual os costumes, os hábitos, as tendências musicais, a moda, o idioma e a organização familiar foram profundamente modificados, assim como as tradições culturais do restante do globo.

Nesse processo de rápidas e profundas transformações socioculturais, por sua vez, a família acabou sendo umas das instituições mais afetadas, uma vez que as normas sociais e os padrões de comportamento que definiam as relações entre as pessoas dentro da família tradicional de modelo nuclear e da comunidade em que se inseriam vieram a se transformar, causando medo e insegurança numa geração mais velha que via impotente as velhas convenções sociais que asseguravam a “estabilidade social” ruírem e perderem sua razão de existir mediante a ascensão de uma sociedade “anômica” estabelecida por uma juventude revolucionária que ansiava ver-se livre das amarras das convenções e proibições socioculturais que limitavam a tão almejada liberdade individual de experimentar o outrora proibido ou inconveniente.

6 REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada**, 5: da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e Conversas de Mulher** [livro eletrônico]. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013. n.p.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)** [livro eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. n.p.

_____. **Tempos fraturados**: cultura e sociedade no século XX [livro eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. n.p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. n.p.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. “Cultura”. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto. 2009.

_____. “Revolução”. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto. 2009.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture**: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom. London: John Murray, 1920.